

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 28 de fevereiro de 2019 às 07h39*  
*Seleção de Notícias*

## G1 - Globo | BR

Pirataria

**Justiça nega liminar e mantém Shopping 25 de Março fechado por venda de produtos piratas . . .** 3  
SÃO PAULO

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

28 de fevereiro de 2019 | Patentes

**BlackBerry está processando o Twitter por violação de patentes . . . . .** 6  
CAPA

28 de fevereiro de 2019 | Pirataria

**Netflix pode estar perdendo milhões pelo compartilhamento de senhas . . . . .** 7  
CAPA

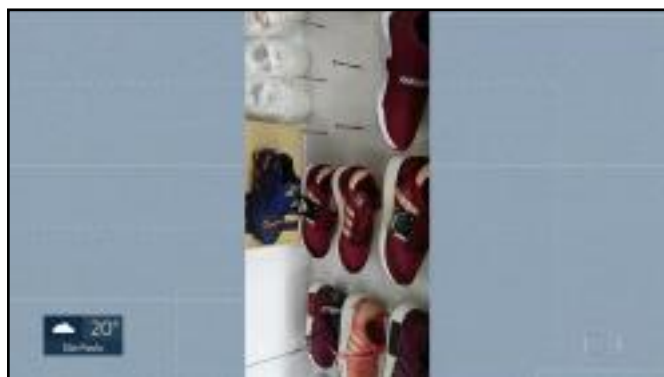
## Consultor Jurídico | BR

28 de fevereiro de 2019 | Propriedade Intelectual

**Potenciais efeitos da LGPD no uso de aplicações de inteligência artificial . . . . .** 8

## Justiça nega liminar e mantém Shopping 25 de Março fechado por venda de produtos piratas

SÃO PAULO



*Fechamento aconteceu por cumprimento a medida judicial após pedido de grupo de empresas e marcas. Administração do centro comercial considera fechamento desproporcional.*

A Justiça decidiu que o Shopping 25 de Março vai continuar fechado porque não cumpriu a obrigação de combater o contrabando, como se comprometeu num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A decisão é da juíza Carolina Martins Clemencio Duprat Cardoso, da 11ª Vara da Fazenda Pública, desta segunda-feira (25).



Ela indeferiu o pedido de liminar feito pela Maxim Administração e Participações Ltda. em favor do Shopping 25 de Março. Os representantes do shopping afirmam que a suspensão do TAC por parte da Prefeitura de São Paulo não cumpriu prazos legais. A juíza, no entanto, cita que a administração municipal os notificou da falha de cumprimento do termo em 5 de dezembro do ano passado.

"Não vislumbro, no caso em apreço, a prova, neste momento inicial, da verossimilhança das alegações iniciais, imprescindível à concessão da medida. Com efeito, a impetrante alega que a suspensão dos efeitos do termo de ajustamento de conduta firmado com a Municipalidade de São Paulo se deu sem observância das garantias constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, conforme determina a legislação e o termo de ajustamento celebrado", disse a juíza na decisão.

Ela ainda cita que, além de ter expirado o prazo, considera que de fato a administração do shopping não cumpriu todas as exigências do TAC. "Da documentação juntada infere-se que há divergência a respeito do cumprimento integral ou não das obrigações assumidas pela impetrante no TAC."

O Shopping 25 de Março, no Centro de São Paulo, foi



Continuação: Justiça nega liminar e mantém Shopping 25 de Março fechado por venda de produtos piratas

fechado após uma operação de combate à **pirataria** na manhã de quinta-feira (14). A ação contou com auxílio da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Um grupo de dez grandes empresas e marcas pediram no fim do ano passado a apreensão de **produtos piratas** comercializados no centro comercial. A Justiça concedeu a liminar autorizando as apreensões e determinando a imediata interdição dos boxes que vendem produtos falsificados.

Após a ação, a Prefeitura cancelou um acordo de 2017 que mantinha o centro comercial aberto. No documento estava previsto o combate ao contrabando e à **falsificação**, o que não se evidenciou nesta manhã.

Em nota, a administração do centro comercial diz considerar a medida desproporcional. Ela acrescenta que, desde a assinatura do acordo com a Prefeitura, "já rescindiu mais de 200 contratos de lojistas que não se adequaram ou infringiram as normas de conduta".

"É importante ressaltar que o Shopping 25 de Março não tem poder de fiscalizar as mercadorias comercializadas por mais de 1.200 lojas, e as medidas punitivas só podem ser adotadas pelo shopping mediante denúncia", diz o comunicado (leia sua íntegra abaixo).

Cerca de 140 pessoas participam da operação, sendo 90 guardas-civis, além de pessoal de apoio e advogados. Mais de 200 boxes foram vistoriados. Funcionários aguardaram ao lado de fora do shopping.

"O Shopping 25 de Março vem a público manifestar seu protesto pelo fechamento do complexo empresarial na manhã desta quinta-feira, 14/02, por entender que a medida é desproporcional.

A Administração do Shopping 25 de Março reitera que desde que firmou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de São Paulo, vem adotando medidas para atender a todas as normas e exigências, com total empenho.

Cabe destacar algumas dessas medidas:

- Implantação de um escritório de compliance dentro do shopping.
- Medidas coibitivas no sentido de orientar os lojistas e alertar quanto a eventuais ilegalidades.
- Adoção de normas de conduta.
- Contatos diretos com os representantes das grandes marcas e com a Prefeitura de São Paulo no auxílio ao combate de comercialização de mercadorias irregulares.
- Criação de canais de denúncia.

Desde a adoção do TAC, o Shopping 25 de Março já rescindiu mais de 200 contratos de lojistas que não se adequaram ou infringiram as normas de conduta. É importante ressaltar que o Shopping 25 de Março não tem poder de fiscalizar as mercadorias comercializadas por mais de 1.200 lojas, e as medidas punitivas só podem ser adotadas pelo shopping mediante denúncia.

Por esta razão, o Shopping 25 de Março entende que o fechamento de todo o complexo empresarial foi indevido, uma vez que puniu todo o conjunto de lojistas e prestadores de serviços por supostas práticas ilegais de uma pequena parcela.

O Shopping 25 de Março vem colaborando per-

Continuação: Justiça nega liminar e mantém Shopping 25 de Março fechado por venda de produtos piratas

manentemente com a Prefeitura de São Paulo para coibir o comércio ilegal e cumpriu, inclusive, com todas as contrapartidas estabelecidas no TAC, como a instalação e manutenção de câmeras de vigilância na cidade.

O Shopping 25 de Março permanece à disposição das autoridades para apresentar todas as documentações

exigidas, tendo convicção da lisura de seus atos por parte da Administração e confiante de que a decisão desta quinta-feira será revertida, em benefício dos consumidores e dos mais de 4 mil trabalhadores que atuam no complexo."

# BlackBerry está processando o Twitter por violação de patentes

CAPA

BlackBerry, fabricante de celulares que fez muito sucesso no início da década passada, está processando o Twitter por uma suposta **violação de patentes**. Essa notícia pode soar um tanto familiar pois, no ano passado, a empresa havia entrado com uma ação contra o Facebook na Justiça pelo mesmo motivo. >A BlackBerry, fabricante de celulares que fez muito sucesso no início da década passada, está processando o Twitter por uma suposta **violação de patentes**. Essa notícia pode soar um tanto familiar pois, no ano passado, a empresa havia entrado com uma ação contra o Facebook na Justiça pelo mesmo motivo.

Em sua denúncia, a BlackBerry alega que o Twitter infringiu - e continua a infringir - seis de suas patentes, que incluem funções como as notificações push, silenciamento de notificações para um grupo de mensagens e técnicas de publicidade móvel.

A fabricante, que se considera pioneira em mensagens móveis, alega que o Twitter criou uma solução de mensagens similares às inovações apresentadas pela BlackBerry, usando "vários dos recursos de interface de usuário e de funcionalidade que tornaram os produtos da BlackBerry um sucesso comercial".

Facebook no ano passado, alegando violação de patente. Na época, a companhia citou sete patentes relacionadas a segurança, recursos de interface do usuário, atualizações de status com uso eficiente de bateria, mensagens móveis em jogos e silenciamento de notificações. Alguns meses depois, em setembro, o Facebook decidiu entrar com uma ação contra a BlackBerry, alegando que a empresa teria infringido cinco de suas patentes, em contrapartida. Ambos os processos ainda estão correndo na Justiça e até então não há nenhum tipo de acordo ou decisão. >Como mencionado acima, a BlackBerry processou o Facebook no ano passado, alegando violação de patente. Na época, a companhia citou sete patentes relacionadas a segurança, recursos de interface do usuário, atualizações de status com uso eficiente de bateria, mensagens móveis em jogos e silenciamento de notificações. Alguns meses depois, em setembro, o Facebook decidiu entrar com uma ação contra a BlackBerry, alegando que a empresa teria infringido cinco de suas patentes, em contrapartida. Ambos os processos ainda estão correndo na Justiça e até então não há nenhum tipo de acordo ou decisão.

Canaltech >Fonte: Canaltech

## Netflix pode estar perdendo milhões pelo compartilhamento de senhas

CAPA

Netflix, Hulu ou Prime Video da Amazon. Grande parte dos usuários usam as contas dos familiares, e 48% usam o login dos pais, enquanto outros 14% usam as credenciais de sua irmã ou irmão, sem que tais assinaturas sejam do tipo familiar, que dá acesso a usuários da mesma família com um só login, cobrando um preço mais caro por isso. >De acordo com um estudo realizado pela CordCutting.com, 1 em cada 5 pessoas estão se aproveitando da conta de uma outra pessoa para assistir aos vídeos da Netflix, Hulu ou Prime Video da Amazon. Grande parte dos usuários usam as contas dos familiares, e 48% usam o login dos pais, enquanto outros 14% usam as credenciais de sua irmã ou irmão, sem que tais assinaturas sejam do tipo familiar, que dá acesso a usuários da mesma família com um só login, cobrando um preço mais caro por isso.

Considerando o preço base de US\$ 7,99 por mês dos EUA, os usuários que usaram o acesso de outra pessoa podem ter economizado US\$ 207,74 ao longo de um período de 26 meses. Mas, de acordo com o estudo, esse valor pode ser ainda maior. O relatório estima que a Netflix pode estar perdendo US\$ 192 milhões em receita mensal com essa prática - em comparação, a Amazon e o Hulu apresentariam um prejuízo de US\$ 45 milhões e US\$ 40 milhões por mês, respectivamente.

Apesar disso, existe um argumento explicando que quem utiliza os acessos de outras pessoas nunca pagaria para obter o serviço e que, portanto, a empresa não deveria tratar esses números como prejuízos ou considerá-los como **pirataria**, convergindo com a ideia sobre o público que realizava downloads ilegais de músicas ou de torrents no passado.

Sobre a contratação do serviço de streaming, há uma parcela do público que afirma que pagaria pela assinatura caso perdessem o acesso compartilhado. De acordo com o estudo, 59,3% - ou cerca de 14 milhões de pessoas - disseram que pagariam para criar uma conta da Netflix se isso acontecesse. Esses números se traduziriam em um aumento de pelo menos US\$ 112 milhões em receita mensal para a empresa. Vale lembrar, no entanto, que pode haver uma grande diferença entre o que os consumidores dizem que farão e o que de fato acabam fazendo. Assim, tais afirmações precisam ser levadas apenas como considerações, e não como projeções concretas.

É necessário ressaltar, também, que este estudo calculou os números observando a conta de exibição única por vez na Netflix. Ou seja, o pacote destinado a ser usado por um único indivíduo, que é justamente o mais barato.

Canaltech >Fonte: Canaltech

# Potenciais efeitos da LGPD no uso de aplicações de inteligência artificial

## OPINIÃO

### Introdução

A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) promete afetar o funcionamento de todos os negócios que dependam do acesso de informações dos usuários no Brasil e o campo da inteligência artificial (IA) não se manterá alheio a isso. Assim, objetiva-se primeiramente traçar um breve panorama do funcionamento dessa tecnologia enfatizando sua dependência em dados. Logo em seguida serão apresentados alguns dos principais dispositivos da lei que podem afetar o campo da IA. Por fim, buscar-se-á apresentar potenciais soluções para o desenvolvimento desse campo de estudo.

### O funcionamento da inteligência artificial

O campo da inteligência artificial vem mostrando considerável crescimento nos últimos tempos e promete ser uma das mais importantes tecnologias desenvolvidas pela humanidade pelos próximos 10 anos. Um relatório recente da Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (OMPI) revela que desde o surgimento desse campo de pesquisa, em 1950, cerca de 340 mil patentes foram pedidas e mais de 1,6 milhão de artigos foram publicados sobre o tema da inteligência artificial.

Dessas patentes, cerca de metade delas (aproximadamente 170 mil) tem sua origem a partir de 2013. E elas vêm de todos os tipos e tamanhos. Considerando que inteligência artificial se trata da "arte de criar máquinas que desempenhem funções que requeiram inteligência quando realizadas por pessoas"[1], qualquer aplicação de computador pode potencialmente ser considerada como uma de IA, contanto que seja capaz de resolver problemas os quais anteriormente somente a mente humana saberia responder. Como exemplos pode-se citar o sistema de classificação de músicas do Spotify, o

método de tradução implementando pelo tradutor do Google e até mesmo a maneira que empresas como a Amazon indicam produtos aos seus consumidores.

E se os algoritmos de machine learning e deep learning desses aplicativos são os motores que possibilitam uma melhor indicação de músicas e produtos ou uma tradução mais precisa de uma língua para outra, são os dados que alimentam esses programas o combustível que permite ao sistema funcionar de maneira adequada. Isso se dá pelo fato de uma aplicação de inteligência artificial exigir três elementos para funcionar corretamente.

O primeiro deles é o seu algoritmo, o qual, implementado através de um programa de computador, é o que possibilita a execução de tarefas. Quanto mais complexo o algoritmo, maiores ou mais difíceis as atividades que ele pode executar. O segundo elemento é o computador, ou máquina, no qual esse programa vai ser executado. Dada a complexidade das aplicações de inteligência artificial, esse tipo de programa demanda um hardware com capacidade de processamento suficiente para executar suas funções com sucesso.

E o último desses elementos são os dados que alimentam os sistemas e os permitem produzir valores de saída condizentes com sua programação. Stuart Russell e Peter Norvig escrevem que durante o período de 60 anos de história da ciência da computação, de 1950 até aproximadamente 2010, portanto, a ênfase tinha sido no algoritmo como principal objeto de estudo. Eles afirmam, contudo, que para muitos problemas faria um sentido maior se preocupar mais com os dados coletados e ser menos criterioso sobre qual algoritmo aplicar. Isso se daria por conta da grande disponibilidade de bases de dados presentes na internet[2]. Assim, com base na pesquisa desses autores, uma aplicação de IA programada para desenhar quadros, por exemplo,



produziria pinturas melhores quanto maior fosse o número de obras a que ela tivesse acesso anteriormente.

## As limitações impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados

E é na utilização dos dados que os problemas da inteligência artificial com a LGPD começam. Isso porque grande parte das aplicações do tipo existentes atualmente depende de uma forma ou de outra de dados coletados através da internet. Dos exemplos listados acima, tanto Spotify como Google e Amazon operam fundamentalmente a partir de um ambiente de rede. Esses serviços, e outros como carros autônomos e até mesmo o iFood, se valem dos inputs dos usuários, os quais são coletados através de sua conexão com a internet, analisados e utilizados, entre outros fins, para melhorar as funcionalidades de seus aplicativos.

Essa grande quantidade de inputs produzida por milhares de usuários dentro de um ambiente de rede é o que se denomina de Big Data, o qual pode ser definido como "representação de ativos de informação caracterizados por um volume, velocidade e variedade tão grandes que requerem uma tecnologia e métodos analíticos específicos para sua transformação em valor"[3]. Esses métodos analíticos específicos são supridos justamente pelos algoritmos de machine learning citados acima, os quais possibilitam transformar essa grande quantidade de informação em um resultado útil. Porém, a proteção desse tipo de dado gerado pelos usuários é o principal objeto da Lei 13.709/18, a LGPD. Por isso, cumpre agora analisar alguns dos principais dispositivos dessa lei e a maneira como eles podem afetar o funcionamento de aplicações de inteligência artificial no Brasil.

Primeiramente, o artigo 7º, inciso I, da LGPD prevê que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento pelo titular. O artigo 8º especifica que es-

se deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação da vontade do titular, com o parágrafo 1º desse item prevendo a necessidade de a cláusula do consentimento estar destacada das demais cláusulas contratuais.

Isso significa que todo serviço fornecido por meio da internet que colete dados dos usuários deverá deixar isso bem explícito. Os famosos termos de uso com suas caixas de "Li e Aceito", os quais são com frequência solenemente ignorados por internautas ávidos a explorar uma aplicação nova, não serão mais suficientes para demonstrar consentimento. Essa atividade de coleta deverá ser expressa separadamente, cabendo ao dono do aplicativo o ônus de provar a obtenção do consentimento, de acordo com o parágrafo 2º desse mesmo artigo 8º.

E esse termo de consentimento também não poderá ser genérico. O artigo 6º da LGPD estabelece dez princípios, além da boa-fé, que as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar. Desses, destacam-se três:

**finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

**adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

**necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

Esses três primeiros princípios têm a função de garantir que somente as informações necessárias para um claro e específico fim serão coletadas do usuário. Isso porque há exemplos de empresas que coletam informações acerca da bateria, armazenamento e ope-

radadora dos usuários e até mesmo a posição do cursor na tela. Para qual finalidade uma rede social coletaria dados sobre a posição do mouse de um usuário de computador? Seria isso adequado para a atividade-fim da empresa e necessário para ela entregar um bom serviço?

Procurou-se demonstrar até aqui a dependência de algoritmos de IA na maior quantidade possível de dados disponíveis para poderem executar determinada função de maneira efetiva. Ainda que informações esparsas não tenham utilidade inerente em si, a análise de uma quantidade grande suficiente delas por meio de um programa avançado o suficiente pode levar aos resultados desejados pela empresa. Porém, esses nem sempre são compatíveis com o uso que os usuários fazem da plataforma.

Com a LGPD busca-se restringir o que é coletado ao estritamente necessário. Isso pode limitar a efetividade de aplicações de IA de empresas como Facebook e Google, as quais terão à sua disposição menos dados para alimentar seus programas, mas têm a capacidade de dar aos usuários maior controle sobre o que é acessado por essas plataformas. Elas agora deverão deixar explícito em termos de uso facilmente acessíveis pelos usuários que pretendem, por exemplo, saber o nível de bateria do celular, informação a qual talvez nem todos concordem em ceder.

Potenciais soluções para o desenvolvimento de aplicações de IA

É inegável que o uso de aplicações de IA, especialmente em um ambiente de rede, será afetado pela LGPD. Mesmo porque o descumprimento das obrigações estabelecidas por essa lei pode levar a multas de até R\$ 50 milhões, de acordo com seu artigo 52. Por isso, uma das primeiras medidas a serem tomadas por operadores de programas do tipo deve ser atualizar seus termos de uso de modo a cumprir com o disposto em lei, deixando claro para o usuário o tipo de informação a ser coletada dele, bem como a

finalidade desse uso.

Uma segunda medida é anonimizar os dados que venham a ser obtidos dos usuários. Isso significa, de acordo com o artigo 5º, inciso XI da LGPD, utilizar de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo. Essa medida faz com que não seja mais pessoal e deixe de estar abarcado pelo escopo da lei, o que dá a ele possibilidades mais livres para ser tratado.

Por fim, sugere-se a utilização de bases de dados públicas, como essa disponibilizada pelo Google, para a condução de pesquisas e desenvolvimento de tecnologia na área de inteligência artificial. Várias das pesquisas nessa área vêm sendo realizadas no modelo open source, o que permite a todos os interessados terem acesso ao algoritmo base dos programas para desenvolverem seus próprios, a exemplo de iniciativas como o TensorFlow e o OpenAI. Além disso, o uso de programas e bases de dados públicos ameniza problemas nas áreas de **propriedade intelectual** e na proteção de dados pessoais, pois via de regra esse tipo de programa e de coletânea já conta com todas as licenças e autorizações necessárias para o uso livre.

Conclusão

Propôs-se com esse artigo elucidar alguns dos potenciais problemas que podem surgir da utilização de aplicações de inteligência artificial com o advento da LGPD. Longe de exaurir todo o tema, buscou-se enfatizar que o uso de dados por programas do tipo é um tema que deve ser olhado com atenção por profissionais atuantes na área, com o fim de evitar sanções pesadas. Ainda que a lei venha a limitar a coleta de dados para o uso nesses aplicativos, já há soluções e alternativas para se fazer um uso legal da tecnologia e garantir seu desenvolvimento.

[1] KURZWEIL, Ray. The Age of Intelligent Ma-

Continuação: Potenciais efeitos da LGPD no uso de aplicações de inteligência artificial

chines. MIT Press, 1990.

122-135. doi:10.1108/LR-06-2015-0061, 2016.

[2] RUSSELL, Stuart; NORVING, Peter. Artificial Intelligence: A Modern Approach. 3. Ed. Harlow (UK): Pearson Education Limited, 2016.

Lukas Ruthes Gonçalves é advogado, mestrando em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro do Grupo de Estudos de **Direito Autoral** e Industrial da UFPR.

[3] DE MAURO, Andrea; GRECO, Marco; GRIMALDI, Michele. A Formal definition of Big Data based on its essential Features. Library Review. 65:

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3, 7

**Patentes**

6

**Propriedade Intelectual**

8

**Direitos Autorais**

8